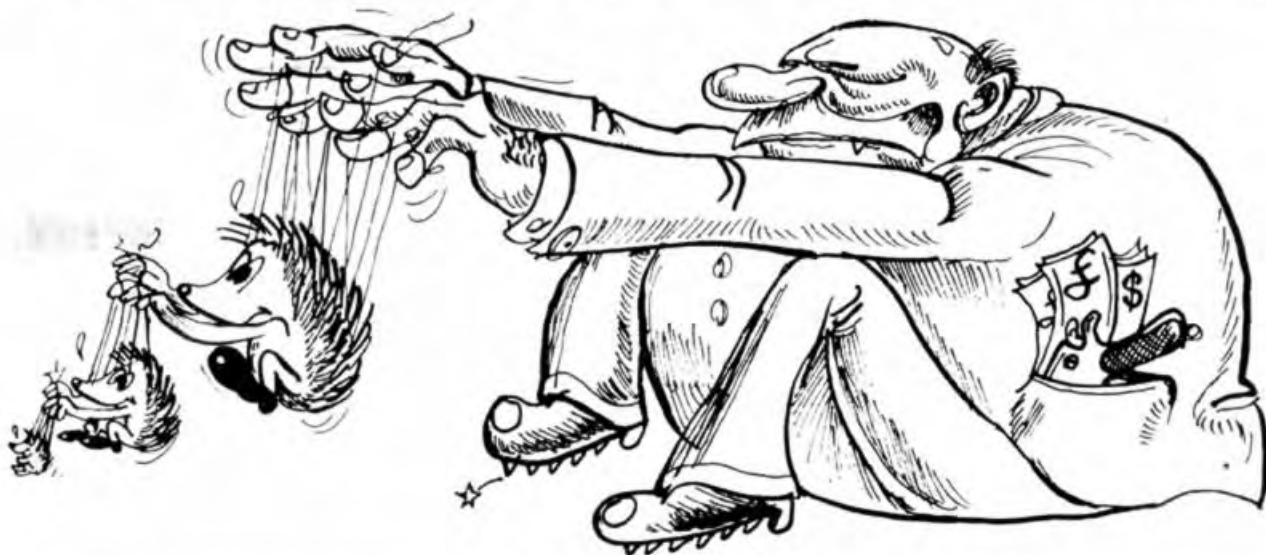


# COMBATE

**A LIBERTAÇÃO DOS TRABALHADORES É OBRA DOS PRÓPRIOS TRABALHADORES**



**Neste Número:**

EDITORIAL: Greves agora. Para quando o fim do salariedade? pag.3  
Lourenço Borges: os trabalhadores estão divididos pag.6

"O CASO TIMEX" pag.9  
BARCELONA: uma opinião sobre a luta dos estivadores pag.11  
Capitalismo de Estado na Índia: Tirania e resistência pag.12

## APESAR DA EVACUAÇÃO

### "Quest-Licenciements" Continua

ONZE MESES DE OCUPAÇÃO MILHARES DE COMUNICADOS E CARTAZES IMPRESSOS  
UM JORNAL AO SERVIÇO DE TODOS OS TRABALHADORES DA REGIÃO  
A DESOCUPAÇÃO PELAS FORÇAS DE ORDEM  
MAS QUEST-LICENCIEMENTS CONTINUA

A fábrica onde trabalham 150 pessoas foi fundada há alguns meses, e beneficiou de um empréstimo de 280 M. (A.F.) da S.D.R.N. (semi-pública para favorecer a criação de empregos).

A seguir a uma gestão desastrosa do director escolhido pelo QUEST-FRANCE (accionista principal da tipografia) desmoronou-se uma falcatura de 200 M. (A.F.) ao fim de nove meses de funcionamento da fábrica do caminho verde.

Então para salvar a situação, QUEST-FRANCE propôs como plano de reabertura o abandono do sector laboral ou seja, 110 despedimentos e manutenção do sector de imprensa (40 pessoas).

#### A ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES

Desde o anúncio dos despedimentos aparecem várias evidências aos trabalhadores.

- A situação deficitária da tipografia é principalmente devida à má gestão.
- A tipografia CARON-OZANNE é viável e tem o seu lugar na região.
- Os accionistas de CARON-OZANNE não se interessam pela tipografia.

Mas nós também sabemos que as lutas sobre o emprego SÃO GERALMENTE LONGAS E NECESSITAM DE UMA RELAÇÃO DE FORÇA REGIONAL PARA VENCER

A) PARA FAZER FRENTE E UMA LUTA DE LONGA DURAÇÃO

Organização da greve em democracia ope-

raria a fim de que cada um possa participar efectivamente na condução da luta.

Assembleia Geral diária, onde:

- todas as informações são dadas
- depois analisadas
- depois discutidas
- fazem-se propostas de acção
- todas as decisões são tomadas.

Eleição de um comité de greve.

Descentralização e distribuição das tarefas a fim de facilitar as tomadas de iniciativa pelo maior número.

Recomeço da produção.

- para pôr a nossa ferramenta de trabalho - a tipografia - ao serviço da nossa luta e de todas as lutas operárias ou populares
- para apoiar os economicamente
- para desenvolver a nossa capacidade de produção sem chefes nem "condutores".

B) OBTER UMA RELAÇÃO DE FORÇA REGIONAL

Privilegiando os contactos interprofissionais:

- participação nas manifestações sob forma original
- delegação nas outras fábricas em luta na região
- participação nos agrupamentos populares

Criando um jornal de ligação dos diferentes trabalhadores em luta na região - "QUEST-LICENCIEMENTS".

Arma essencial no nosso conflito para defesa do nosso emprego, nós podemos verificar a que ponto QUEST-LICENCIEMENTS respondia a uma necessidade para fazer sair as lutas actuais do isolamento imposto pela imprensa ao serviço do poder e do patronato.

(Cont. pag.2)

## AVANÇO DA DIREITA NAS ESCOLAS

Tem-se verificado, a nível global, um avanço por parte da direita nas escolas e, em especial, nos liceus.

Ainda em Junho o Liceu Padre António Vieira, em Lisboa, sofreu vários ataques de bandas que se autodenominam de nazis; e, frequentemente ouvimos dizer que as direcções de escolas são tomadas por elementos ligados ao ELP.

O avanço da direita é um facto. Quais as razões? Quais foram os principais erros da esquerda nos liceus?

Para responder a estas e mais perguntas vários estudantes do Liceu Padre António Vieira (PAV) de várias tendências da esquerda, reuniram-se, tendo como moderador um elemento do COMBATE. Eis, em síntese, os resultados dessa discussão:

**O movimento estudantil depois do 25 de Abril**

Estudante B - Ao tentar fazer uma breve análise do movimento estudantil depois do 25 de Abril, temos que considerar que os eixos de luta fundamentais que existiam no tempo do fascismo -- a luta contra a repressão dentro da escola, a luta contra a guerra colonial e a luta pela liberdade de expressão -- perderam actualidade com o 25 de Abril. A partir desta data gera-se uma nova forma de luta, de cariz espontâneo, contra as formas de repressão escolar: reitores, directores de ciclo, contínuos, pides e ainda contra as faltas e pela co-educação (liceus mistos). Esta primeira fase de luta arrasta-se até Outubro/Novembro de 1974, caracterizando-se por um forte ascensão do movimento estudantil. A partir daí, levanta-se um novo problema que é a falta de alternativas por parte da esquer-

(Cont. pag.4)

# DESPERTAR



Nº 1, Ano I

JUNHO / 76

ASSOCIAÇÃO DE

MORADORES

de PRESA-VELHA/

/FORMIGA

A iniciativa por parte das Associações ou Comissões de Moradores de conceberem um órgão de expressão próprio sejam jornais, folhetos ou notícias de parede é uma solução para o problema de como sair fora do canal da informação dominante. Por isso parece-nos que, dada a sua importância, se deve dar especial atenção a esses jornais. Quer dizer que se terá que ultrapassar os moldes usuais em que são feitos os jornais diários e não só, normalmente ao serviço de partidos e ideologias. Entendemos, pois, que o melhor processo é dar realmente a voz às populações. Um jornal de uma Comissão de Moradores deve transformar-se o mais possível no jornal dos moradores. Para isso é preciso ir junto dos moradores saber o que eles pensam e motivá-los por forma a que estes colaborem no jornal, exprimindo-se como sabem. Dentro desta óptica será necessário evitar tanto quanto possível, que sejam os LEITADOS a fazerem os jornais. Este é um processo muito importante: põe os moradores em contacto uns com os outros, através do conhecimento dos vários problemas do bairro, primeiro passo de mobilização para novas lutas comuns.

Do boletim "DESPERTAR", nº1, Ano I, de Junho de 76, da Associação de Moradores de Presa-Velha/Formiga, reproduzimos, a seguir, o Editorial:

O nosso jornal aparece num momento em que as condições de vida dos trabalhadores se tornam piores de dia para dia: é o custo de vida que aumenta, são os transportes que encarecem, é a repressão que aumenta, é o desemprego que cresce cada vez mais, enfim, é a vida que cada vez fica mais difícil. E porque é que isto acontece? Porque a riqueza de uns poucos é a miséria de todos os outros e portanto, para que esses privilegiados possam continuar a encher os bolsos, é preciso que os outros passem mal. Esta é a ideia que devemos ter em mente quando nos falarem em caos económico. O país está no caos? É certo que a situação económica é muito má, mas também é certo que se continuam a ter bons carros, boas roupas, boas casas e boas mesquinhas. Muitos trabalhadores compreendem já estas coisas e os outros serão levados a perceber à medida que lhes for doendo mais o corpo. E nessa altura vão responder. E vão responder tomando nas suas próprias mãos a resolução dos problemas que os afligem, unidos e organizados nas fábricas, nos campos e nos bairros, lutando dia a dia contra as medidas que a burguesia toma para os explorar.

À primeira vista pode parecer que é mais importante a luta nos locais de trabalho por melhores salários e melhores condições de trabalho, mas a luta nos bairros é também muito importante pois é aí que a exploração sofrida nas fábricas e outros locais de trabalho se completa. Realmente, onde é que são gastos os salários? Não é no merceiro, na renda, nas lojas, nas amas que tomam conta dos nossos filhos, etc.? Então se é assim, também é

preciso lutar nos bairros por habitações dignas e baratas, por cooperativas de consumo, creches, etc.

Mas não podemos limitar-nos a eleger os delegados dos nossos bairros e ficar em casa de braços cruzados à espera que eles nos resolvam os problemas. Esses delegados não são nada sem a força dos moradores. É preciso que nós discutamos os nossos problemas que os delegados deverão apresentar na Comissão de Moradores onde estão representados também os outros bairros. Assim se consegue ligar os bairros entre si e, portanto, conseguir mais força nas nossas lutas.

O "DESPERTAR" aparece precisamente para chamar os moradores à luta e ao apoio à sua COMISSÃO. Neste boletim, não só serão dadas informações sobre o que se passa na Comissão e Comunidade Infantil como também se procurará interessar os moradores a colaborar no jornal de forma a que mais tarde ele passe para as suas mãos. Procurar-se-á também, interessar os moradores a colaborar com a sua Comissão, na luta comum pela satisfação das principais aspirações de todos. É importante, também, levar aos moradores de Presa-Velha e Formiga e China, as lutas que se travam nos outros bairros pobres do Porto (principalmente Campanha) e do resto do país, para que não se sintam sozinhos na sua luta e para que possam ganhar com a experiência dos outros.

Moradores de Presa-Velha e Formiga e China, unamo-nos e lutamos pelos nossos direitos. Que nem um só se deixe ficar para trás.

QUE NEM UM SÓ SE DEIXE FICAR PARA TRÁS!

## "Quest-Licenciements" Continua

(Continuação pag.1)

Também para que OUEST-LICENCIEMENTS conserve a sua vocação (inter-profissional, inter-sindical, regional) e a sua independência (jornal dos grevistas aberto a todos os trabalhadores da região) os trabalhadores de CARON-OZANNE decidem:

- continuar a publicar OUEST-LICENCIEMENTS
- multiplicar as delegações e organizar encontros de trabalhadores em luta a fim de favorecer as trocas de experiências
- criar com os outros trabalhadores da região em luta contra os despedimentos um colectivo das empresas em luta pelo emprego, cuja tarefa será de continuar a publicação de OUEST-LICENCIEMENTS sobre as bases inter-profissional, inter-sindical e regional já definidas acima.

### O JORNAL

É composto de artigos enviados por um colectivo de trabalhadores (Assembleias Gerais, comité de greve, secção sindical, etc.), donde o seu conteúdo é claramente anticapitalista.

Não publica artigos de estruturas sindicais, políticas ...

Os animadores de Quest Licenciements não são jornalistas. Em nenhum caso farão artigos sobre uma luta conduzida por outros. Podem, quando muito, ajudar estes a fazê-lo mas exigindo sempre o controlo dos trabalhadores.

É um jornal essencialmente de trabalhadores, operários camponeses, pescadores. Ele pode conter artigos de outras lutas mas numa proporção de 25%.

Tem uma vocação regional, salvo em números especiais no máximo 2/10. Não publica senão artigos provenientes da região (Normandia-Bretanha).

A periodicidade varia em função do número de artigos.

OUEST LICENCIEMENTS deve favorecer:

- que sejam os trabalhadores a encarregar-se da informação, da expressão e da análise das suas próprias lutas
- as trocas de experiências na região.
- as ligações dos trabalhadores em luta.

Finalmente, OUEST LICENCIEMENTS desaparecerá no dia em que deixar de responder aos critérios acima enunciados.

DIRIGIR TODOS OS APOIOS FINANCEIROS E ASSINATURAS A:

HUBERT GRAMMARE  
25 rue du Père Sanson

14000 CAEN FRANÇA

- Assinatura de 6 números - 20 francos

- Assinatura de apoio de 6 números - 50FF

Para mais informações sobre a luta dos trabalhadores da tipografia CARON-OZANNE e do seu jornal - OUEST-LICENCIEMENTS - ver COMBATE, nº40 de 29/4/76 e nº42 de 4/6/76.

## Editorial

(Continuação pag.3)

classes onde a hierarquização, a divisão entre dirigentes e executantes não tenha lugar.

A sociedade comunista será o produto do combate permanente contra a exploração e a opressão. Desenvolve-se na luta através do que conseguirmos criar em cada momento.

NOTA 1 - A burocratização deve-se a um afastamento dos representantes em relação ao colectivo dos trabalhadores que os elegeram directamente. Esta situação atinge-se não só porque os representantes, muitas vezes, assumem o estatuto de mandatados para além da luta e dos objectivos com que foram eleitos, mas também porque os trabalhadores podem não ter consciência da necessidade do controlo completo e permanente daqueles que os representam.

NOTA 2 - Quadro de Adidos - estatuto criado para abarcar os trabalhadores considerados em excesso para o "bom funcionamento" da função pública. A estes trabalhadores é dado um salário inferior ao que auferiam, bem como se lhes pode impor uma mudança de local de trabalho, mesmo de região.





# Editorial: GREVES AGORA PARA QUANDO O FIM DO SALARIATO?

Na ordem social existente o direito ao trabalho equivale ao "direito à sobrevivência" (qualquer outra via é considerada "marginal"). O direito dos trabalhadores venderem a sua força de trabalho no mercado livre, que constituiu o grande "avanço" da revolução capitalista, já há muito o perderam, como se vê pelo nível de desemprego actual. Só os trabalhadores conseguirão, ao tomarem a seu cargo a organização global da sociedade, uma efectiva resolução do problema e tornar o trabalho alienado uma actividade criativa, dirigida e organizada por eles.

Dia a dia os trabalhadores lutam contra o desemprego, contra os saneamentos, contra as suspensões. Em 7 de Fevereiro de 1975 tentaram, pela primeira vez depois do 25 de Abril, unificar as diversas lutas através de um órgão comum, a "inter-empresas". Assim, lemos na "folha informativa das reuniões de trabalhadores inter-empresas", dessa altura:

"Desemprego Não - Direito ao trabalho Sim.

Várias têm sido nos últimos tempos as formas de luta adoptadas para garantia deste direito. Em quase todos os casos, senão todos, os trabalhadores ocupam locais de trabalho, organizam manifestações ou fazem greves sem aviso prévio... Greve Sim - Lock-out Não

Em muitas empresas a luta contra o desemprego e os despedimentos têm passado pela recusa de feitura de horas extraordinárias. É o caso da Siderurgia onde a posição firme dos trabalhadores ao dizerem não às horas extraordinárias possibilitou a criação de 700 novos empregos.

Na EFACEC e na ACTA a luta passou pela exigência de passagem a efectivos de todos os trabalhadores não efectivos. Nos CTT também já 279 trabalhadores eventuais passaram a efectivos.

É também fácil verificar que se houver uma redução de horário de trabalho mais trabalhadores terão emprego. Por exemplo se dois milhões de trabalhadores fizerem menos uma hora por dia podem criar 2.000.000/8 horas=250.000 novos empregos. A riqueza produzida mantém-se, é distribuída de maneira a manter o pão a um maior número de famílias e o patronato engorda menos."

Mas a unificação de lutas que parecia ter surgido espontaneamente, rapidamente se desagregou em múltiplas lutas partidárias. Hoje, um ano e alguns meses depois, mais acentuada é a burocratização das Comissões de Trabalhadores (NOTA 1) e melhor se verifica que os proletários, na sua generalidade, não têm ainda consciência da necessidade dessa unificação, apesar de algumas vezes terem, na prática, ultrapassado o local de trabalho.

Mas o Estado fortificou-se de então para cá, especialmente depois do 25 de Novembro e tenta impor, de modo coerente e unificado a repressão aos trabalhadores e a pouco e pouco as leis ou projectos de lei vão surgindo: regularização do mercado de trabalho, lei anti-greve e criação do quadro de Adidos na função pública (NOTA 2), e simultaneamente recuperação das organizações dos trabalhadores, tentando colocá-las estritamente ao seu serviço (recente legislação, em discussão, sobre o controlo operário).

É prova significativa do que acabámos de dizer o que se lê no Diário da República de 7/7/76:

"Por circunstâncias de diversa natureza, quer externas, quer internas à vida da própria empresa, não é por isso possível utilizar, dentro dos limites razoáveis a força de trabalho que é produzida pelo seu pessoal ... artigo 1 - Quando se verifique que uma empresa labora em condições económicas não aceitáveis que não permita, de forma duradoura, a utilização completa dos recursos humanos de que dispõe, conduzindo à criação de situações de subemprego para uma grande parte dos trabalhadores, poderá o Estado, através do Ministério de Tutela, tomar as medidas que se mostrem mais aconselháveis."

Estas medidas de "protecção" do direito ao trabalho" podem consistir em: despedimentos, encerramentos de fábricas e redução do tempo de laboração - abasxamento de salários - ou "utilização integral da força de trabalho" - aumento da exploração.

Entre o tempo ido e o tempo presente a diferença é espantosa... Outrora tinha-se o direito de ser explorado por um dos muitos patrões, agora a tendência é passar-se a direito de ser explorado por um só -- o ESTADO:

Os trabalhadores não querem ser explorados; sabotam, reivindicam, fazem greve, movimentam-se. No verso os gabinetes saneiam, os partidos dividem, os sindicatos acusam os trabalhadores de aventureiristas e sabotadores do processo "revolucionário"; movimentos pretendidos unitários tentam substituí-los. Cada vez mais os explorados terão que procurar novas formas de luta.

Que formas de luta? Que greves?

A forma de luta mais imediata a que os trabalhadores recorrem, para impor ao patronato as suas reivindicações, é a greve. Os objectivos da luta - aumento de salários, melhoramento das condições de trabalho, etc. - não bastam para pôr em causa o sistema capitalista em si, e às vezes são mesmo necessários à sua evolução (por exemplo, quando o capitalismo tem necessidade de aumentar os padrões de consumo da população, ou quando precisa de reestruturar as suas formas de organização ou de gestão - veja-se o caso do recente projecto sobre o controlo operário, onde se pretende uma "participação" e responsabilização dos trabalhadores na eficácia capitalista). Não são

os objectivos de luta que são, portanto, corrosivos do sistema capitalista. Corrosivos são as formas de organização a que os trabalhadores recorrem na luta. Os trabalhadores organizam-se colectivamente, em completa oposição do sistema capitalista, que assenta na divisão, na especialização de funções, na hierarquia. São as formas colectivas de organização que o capital recebe e para as evitar tudo tenta - repressão directa através dos aparelhos policiais ou indirecta: meios de comunicação, sindicatos, partidos, divisão entre os trabalhadores, burocratização dos seus órgãos de luta.

Em resumo, o objectivo da luta do proletariado não é exigir a continuação do assalariamento em condições diferentes mas sim a abolição do salariato, mas em cada luta, qualquer que ela seja, a consciência dos trabalhadores modifica-se e novas formas de organização aparecem. É através da luta e da criação das formas de organização comunistas que a consciência se vai formando e fortalecendo.

Por vezes, uma greve se muito poderosa, pode transbordar do terreno económico para o social e permite aos assalariados delimitar bem quem é a seu favor e contra si. Uma greve não totalmente manietada pelas formas de organização criadas, e/ou pela sabedoria adquirida no seu decurso, traz para o nível do consciente o que até aí tinha permanecido ao nível do inconsciente. Ilustrativo é o caso da construção civil (em Novembro de 1975). Utilizada no início pelo PC para pressionar o governo e depois pela UDP com o intuito de reforçar a sua posição no aparelho sindical, a ofensiva operária a partir de um certo momento não permitiu o controlo da luta por forças exteriores. Rapidamente, a classe operária ultrapassou o terreno económico e daí à sequestração do governo foi um instante - E oh! espanto dos espantos, um governo de tal maneira aflito que ele mesmo entra em greve!

Porém se puderam fugir à alçada dos partidos e sindicatos, não conseguiram criar uma estrutura sua, o que permitiu, na calada da noite, aos dirigentes sindicais entrarem em negociações com o governo - traíndo-os.

A luta dos explorados nem sempre possui condições propícias para o seu desenvolvimento em certos sectores que servem directamente outros trabalhadores (panificação, saúde, etc.), o desencadear de um certo tipo de acções pode vir a hostilizar camadas exploradas atingidas directamente. Nestes casos, as formas organizativas e acções desencadeadas devem ser, tanto quanto possível, de molde a conseguir uma ligação íntima à população que servem, ganhando a sua confiança e o seu apoio. Um exemplo disso é a recente luta prevista pelos padeiros: sendo as camadas mais desfavorecidas as mais atingidas pela falta de pão, as formas de luta pensadas, ao mesmo tempo que pressionam o patronato, ganham a adesão dos restantes explorados. Se por um lado com o fecho das padarias, o capital com todos os meios à sua disposição (informação inclusive) tenta dividir os trabalhadores, estes com as formas de luta agora pensadas poderão utilizar o local de trabalho para reforçar a solidariedade com os outros trabalhadores através de uma informação directa, podendo daí advir formas de unificação baseadas em interesses comuns.

Situação contrária se passou com a greve dos motoristas de autocarros na cidade do Porto. A ausência de transportes motivou descontantamento de grandes estratos de população.

Convém realçar que às vezes é muito difícil ultrapassar estas contradições. Caso da greve do lixo e dos enfermeiros, onde a não prestação de serviços implica graves prejuízos. Quando assim é, deve ser preocupação dos grevistas reforçar a informação à população atingida para que os motivos da luta sejam percebidos e não haja divisões provocadas pela manipulação por parte de forças exteriores aos interesses comuns dos explorados.

As greves nunca são um fim em si, são um meio. Um meio de recusa, uma via para a percepção cada vez mais consciente de uma organização social que nos oprime, que nos mata aos poucos.

A via de percepção que a luta põe ao dispor dos trabalhadores, é ofuscada pelos partidos e por todos os que têm do proletariado a noção de uma classe incapaz de por si só concretizar os seus desígnios emancipadores, uma classe sem vontade, uma classe que por si só não se libertará.

Aparecem assim os seus "salvadores". Os que nada salvam senão a si próprios. São messias "educadores do povo" e "vanguardas" cuja missão é dar a sua consciência aos inconscientes. Acontece, porém, que a emancipação dos trabalhadores nada tem que ver com o espectáculo das ideologias, com a consciência daquilo que os seus "salvadores" têm da realidade. A sua libertação dependerá acima de tudo da prática de luta, da criação de formas de organização alternativas à sociedade de

(Cont. pag.2)

# liceu padre antónio vieira: Por

(Continuação pag.1)

da para a escola capitalista e para rebater pontualmente a reforma Veiga Simão. Começa-se a assistir a um conjunto de lutas -- pela gestão democrática, pelos saneamentos e pela liberdade de expressão. Estas lutas são conduzidas por forças de esquerda, que cometem um conjunto de erros, como por exemplo, no caso do P.A.V., a proibição da direita fazer propaganda partidária dentro da escola. Há que acrescentar que este exemplo é comum a muitos mais liceus. Erros da esquerda como este deram trunfos à direita para que tente conquistar os aparelhos escolares, neutralizando os órgãos de gestão ou impondo nesses indivíduos de cariz marcadamente reaccionário. A radicalização entre forças de direita e de esquerda agudiza-se com o tempo, de tal maneira que vai provocar confrontos físicos no fim do ano lectivo de 74/75. As únicas lutas importantes que são de facto mobilizadoras e que conseguem ter até ao fim um cariz de esquerda, são as contra os exames. A única que sai vencedora é a de 74, já que no ano seguinte a luta é claramente abafada, acabando por haver exames.

Depois disto, outro dos erros fundamentais do movimento estudantil foi a impossibilidade de fazer duas coisas principais: primeiro a interligação entre a luta estudantil e a luta de outros sectores da escola (professores e empregados); segundo, a questão de saltar os muros da escola e ligar a luta estudantil à luta dos trabalhadores.

**COMBATE** - Se estão de acordo com a intervenção anterior, gostaria que falassem em casos concretos em que o radicalismo da esquerda tivesse implicado o aparecimento de "alternativas democráticas" da direita, e em que consistia esse radicalismo. Outra questão que eu gostava de levantar é a seguinte: diz-se também que este levantamento da direita nos liceus está muito ligado aos programas actualmente existentes, acusando-os de terem uma perspectiva comunista, imposta por alguns professores, o que faz com que a maior parte dos alunos, por reacção, desenvolvam tendências de direita. Ora não me parece que esta explicação simples seja correcta, pois poderíamos perguntar porque que essa reacção não se dá no sentido contrário, ou seja mais radical ainda, virada para a extrema-esquerda?

**Estudante R** - Penso que esse problema não parte dos alunos, mas da família e de elementos exteriores aos liceus. Não há uma reacção por parte dos alunos, e, quando existe, é-lhes inculcada do exterior, ou por parte da família ou por parte de forças políticas de direita. Vocês sabem que as Associações de Pais, que são os primeiros organismos a contestar os programas, são controlados pela direita.

## Divisão e sectarismo entre as forças de esquerda

**Estudante G** - Quanto ao avanço da direita nos liceus, parece-me que, para além das razões já indicadas atrás relativamente ao movimento estudantil, há que considerar a divisão e o sectarismo dentro das forças de esquerda. Não há uma linha revolucionária suficientemente clara e madura: isto foi claro nas Assembleias Gerais do Ensino Secundário que não resolviam nada, antes desmobilizaram. Mas há ainda um outro factor que contribui para paralisar o projecto de esquerda: a organização popular não está ainda apta a controlar os "centros de saber". É preciso também não esquecer que os liceus, na sua maioria, se situam em locais tradicionalmente burgueses ou pequeno-burgueses.

**Estudante A** - O avanço da direita no movimento estudantil é fictício, visto que as pessoas que se dizem de esquerda muitas vezes só o eram em palavras, porque depois do 25 de Abril era muito giro ser de esquerda. O avanço político logo a seguir ao 25 de Abril fictício, dá-se pela radicalização de posições no movimento estudantil. Há as pessoas de direita, que são consideradas fascistas, e as de esquerda consideradas comunistas. O erro foi aceitar essa radicalização. Por exemplo, cá no PAV, quando se proibiu a propaganda de partidos como o CDS, PPD, PDC e até do uso de emblemas dessas organizações, permitiu a união da direita sob o emblema das liberdades.

**Estudante R** - Outro erro da esquerda foi ter marginalizado as pessoas mesmo por questões pessoais; por exemplo, face ao estudante a quem só interessa estudar, não houve ninguém que soubesse explicar-lhe que teria de haver uma mudança dos métodos de ensino. Havia um ataque aos programas, mas não se explicava porque; e esse indivíduo não compreendeu isso, radicalizou-se à direita automaticamente, pressionado pelo ambiente familiar e pelo ambiente exterior ao liceu.

**Estudante B** - No caso concreto do PAV verifica-se que grande parte das pessoas de direita e ultradireita têm taras psíquicas, sendo, portanto, abortos da sociedade de consumo. Isto está ligado a outra questão que é a dos estudantes como pequeno-burgueses, reivindicarem geralmente um estatuto de oposição face ao poder instituído. Isto verificou-se no tempo do fascismo, no V governo e hoje ainda. É o problema da afirmação, também, da direita que é feita muitas vezes através da violência. Acontece em Portugal com grupos de extrema-direita estilo PDC, acontece em França com os blusões negros.

## A direita está organizada dentro dos liceus?

**COMBATE** - Parece que há acordo geral quanto ao aumento, ou pelo menos aparecimento, da direita activa, nos liceus. Eu gostava de saber se a direita actua organizadamente e, em caso positivo, como aparece organizada.

**Estudante R** - Posso citar o Liceu D. Leonor como exemplo, que era um liceu caracterizado por uma repressão brutal antes do 25 de Abril, de modo que todas as pessoas mesmo que ideologicamente fossem de direita contestavam aquilo. A seguir ao 25 de Abril, o liceu passa de um extremo ao outro e começa a haver problemas enormes com a droga e a prostituição, além de outras coisas. Não foi a esquerda que, ao tentar democratizar o liceu, deixou cair aquilo naquela balda; foi uma acção organizada da direita para culpar depois a esquerda. Depois foi um dos primeiros liceus a sofrer ataques armados de bandas da extrema-direita, e neste momento lêem-se comunicados do ELP e do MDLP no átrio e distribui-se regularmente "O Burguês", boletim afecto a estas organizações terroristas e ao PDC.

**Estudante H** - A direita, aqui no PAV, só começou a organizar-se a partir dos processos perdidos pela esquerda: o Serviço Cívico e os exames de 74/75. Os quadros amorfos aptos a serem captados pela direita, aparecem-nos sob a alçada de partidos como o PDC o CDS e o PPD. Mas estas organizações não fizeram nenhum trabalho para os chamar: eles foram para esses partidos por causa dos erros da esquerda.

**Estudante G** - A direita aparece em pleno

ano lectivo de 74/75, mas só se organiza a partir de 75/76 quando procura criar um clima de intimidação em relação à esquerda, quando boicota actividades culturais (por exemplo, a actuação no PAV dos "Boneceiros"), quando rasga cartazes, etc., mas sempre com o pretexto da luta pela democracia. É também neste ano que se demarcam os quadros da direita que tentam ganhar peso de uma forma legalista, embora apoiados por aqueles que tem uma prática nazi de agressão física e outras coisas.

**Estudante D** - Eu acho que houve muitos estudantes que se desinteressaram do processo porque de facto os sucessivos governos ou ministérios não resolviam e nem sequer aceitavam a transformação das escolas e isso levou grandes massas de estudantes a desinteressarem-se; agora encontram-se muitos estudantes que não tomam posição, que estão quase amorfos.

**Estudante S** - Há um outro factor que é muito importante para a coesão que a direita está a começar a ter que é a tomada de posição, em certas questões, de escolas que eles começam a tomar. É essa tomada de gestão vai fazer com que eles tenham de arranjar um programa, um projecto que os leve a frente, e portanto, esse projecto, vai ser uma unificação - isso vê-se no CDS e PPD que têm um projecto geral para todos os liceus, projecto esse que vai unificar muita gente, e vai fazer com que eles se organizem.



Desenho "Solidarity"

## E os professores?

**Estudante R** - Eu acho que concretamente no PAV o radicalizar das pessoas à direita foi devido não só a um factor político mas também a um factor pessoal de muita importância: aquelas estudantes que não pendiam nem para a esquerda nem para a direita, a certa altura começaram a radicalizar-se à direita por desconfiança relativamente às pessoas de esquerda. Essa desconfiança é devida, quanto a mim, a uma incoerência política muito grande das pessoas de esquerda. Concretamente, as pessoas de esquerda falavam em avaliação contínua, que não devia haver faltas com carácter reprovativo mas que as pessoas deviam ir às aulas, trabalhos em grupo e outras coisas. O que é que se verificava? - as pessoas de esquerda faltavam imenso às aulas, quando vinham estavam no ar, não



# quê a direita ataca?

participavam nada, estavam perfeitamente desligadas da turma, acabavam a aula e vinham cá para baixo e estavam-se a marimbar para o que se passava na turma. Depois há o problema da família, em que as pessoas estão extraordinariamente marcadas por uma educação e pelo que a família diz e faz, etc.; aqui a malta da esquerda falhou imenso, pois podia ter começado a discutir com um grupo de pessoas o problema da família, tentando ver como ela era como instituição. Por isso eu acho que neste momento era importante fazer perceber às pessoas que a família como instituição os está a orientar, não lhes serve os seus interesses e isto foi uma coisa que nunca se fez.

**Estudante B** - A questão que eu ia levantar agora era acerca dos professores, ou seja a influência da família sobre o estudante está marcada num aspecto que é a obediência estrita do aluno ao professor, ao mestre. E aqui surge um novo problema que é a actuação dos professores e qual a sua situação enquanto bloco que são. Os professores, como qualquer sector característico da pequena-burguesia, tiveram depois do 25 de Abril uma fase de oscilação, uma fase de euforia democrática que depois da formação da comissão directiva provisória do sindicato, na qual ganhou a lista de linha sindical afecta ao PC, veio fazer com que certos professores que se encontravam mais ou menos indefinidos, se comesçassem a radicalizar numa linha anti-PC - por um lado, devido a um conjunto de erros feitos pela Comissão Directiva Provisória, por outro lado a nível do processo político mais geral, a questão da falta de cuidado dada pelos primeiros governos provisórios à situação sócio-profissional dos professores; isto é muito importante porque os professores nas aulas, especialmente nas aulas de Filosofia e de Introdução à Política, têm possibilidade de manter um forte domínio ideológico. Chegam a haver aulas em que o professor defende teses marcadamente partidárias o que, parecendo que não, influencia bastante os alunos; no caso concreto do nosso liceu, passaram-se casos como reuniões gerais bastante importantes, que eram precedidas de discussões nas turmas, os professores de direita tomavam geralmente duas posições: ou tentavam boicotar essas discussões com argumentos do estilo: "estamos atrasados na matéria, tenho de fazer chamadas" - ou então deixavam fazer a discussão, armavam-se em democratas, mas depois assenhoriavam-se da condução da discussão, fazendo vencer as propostas dos grupos estudantis a eles afectos, normalmente grupos PP e PS.

## Combate ao autoritarismo

**Estudante G** - Quanto ao combate à autoridade do professor, da família, etc., eu creio que há a considerar da parte do estudante, primeiro a sua situação de classe e a influência que a família tem sobre ele, por outro a tomada de consciência da repressão do sistema por parte do estudante, o que parecendo que não, não implica que ele tome consciência contra essa repressão (porque eu conheço pessoas do CDS que tomam consciência das contradições com que se debatem nesta sociedade, da hipocrisia humana e social, da repressão familiar e sexual e de muitos problemas que afectam a juventude). E é preciso notar que o facto da opção política de muitos estudantes não corresponder a uma tomada de consciência de classe, abre muitas perspectivas para um trabalho orientado, de esquerda, no sentido da desmistificação da sociedade.

Mas, no entanto, o pôr em causa a auto-

ridade familiar, a repressão sexual, as relações humanas e o quotidiano em geral, restringe-se a alguns grupos e não é uma questão globalmente sentida pelos estudantes, conscientemente. Por outro lado, a autoridade do professor continua na maior parte dos casos intacta, isto é o professor continua a ter o domínio ideológico da turma, embora a turma conteste por exemplo os pontos que não lhes convêm, os métodos arbitrários da classificação e do ensino.

Falando da turma, a questão que a esquerda reivindica do trabalho de turma e do poder de turma - palavra de ordem que a esquerda nunca foi capaz de levar avante, só começou a ser incentivada com o processo das assembleias de delegados, isto é as assembleias de delegados só muito tardiamente começaram a ser convocadas, numa situação de desmobilização dos estudantes (o que acontece é que são eleitos em cada turma três delegados, dois alunos e um professor, por eleição directa dos estudantes que em princípio tentam incentivar a discussão na turma e são os representantes da turma numa assembleia do liceu, que à excepção da Reunião Geral de Estudantes é o único órgão deliberativo). Pois o que acontece é que devido a essa desmobilização geral, muitos delegados exprimem a sua posição pessoal nas assembleias, sendo por vezes influenciados pelos professores, já que é também uma assembleia de professores e empregados em que existe voto ponderado. A turma não conseguiu na maior parte dos casos, constituir um poder na escola.

A assembleia de delegados surge numa primeira fase como um travão ao avanço da direita nas escolas no boicote às reuniões e no discurso fascista das turmas, mas ela encerra perigos potenciais que são a burocratização e o favorecimento da desmobilização estudantil.

**Estudante H** - Eu penso que os quadros da esquerda basearam a sua actuação a nível da conquista do chamado "tacho", portanto, da comissão de gestão, da associação dos estudantes do ensino secundário de Lisboa e assim, desde a primeira hora, o trabalho em relação às chamadas "orlas" e aos chamados "amor-fos" foi muito reduzido.

**COMBATE** - Vocês interpretam o levantar da cabeça da direita nos liceus, quase exclusivamente, por erros feitos pela esquerda. Eu gostava que precisassem isto melhor.

Outra questão é a seguinte: fala-se muito de ligação das escolas aos trabalhadores e é um facto que isto é bastante utilizado pelos diversos partidos, mas de uma forma bastante indeterminada e confusa. Parece-me mais que o interesse dessa "ligação" por ser imprecisa, acaba por servir essencialmente aos seus quadros intelectuais a recrutarem trabalhadores do que propriamente a fazer essa ligação. Eu entendo que hoje é mais importante incentivar nos liceus o espírito ou democracia de base, isto é, fazer com que os estudantes consigam organizar-se e fazer face ao regime autoritário das escolas e das estruturas exteriores à escola, saberem decidir por si próprios e imporem essa decisão colectiva nas estruturas em que estão integrados.

## Democracia de base: manifestações isoladas

**Estudante C** - Parece-me que as manifestações de poder de base, da democracia de base, pelo menos ultimamente, são manifestações isoladas; surgiram de facto logo a seguir ao 25 de Abril, movimentações espontâneas das bases estudantis, como nos processos de saneamento ou nos processos



de exame. Actualmente essa dinâmica pôdeu-se; em relação aquilo que foi referido, que nós referenciamos muito mais o avanço da direita aos erros da esquerda que aos processos havidos no liceu, é verdade, mas tenho a impressão que o principal não são os erros que a esquerda fez, ou o que a esquerda não fez: também há que não subestimar que a escola não está isolada da sociedade, e muito do que se passou lá fora encontra o seu reflexo na escola.

**Estudante P** - Aqui no PAV notou-se que a comissão de gestão, que foi eleita num processo de ascensão das forças de esquerda, conseguiu ter um controlo apertado sobre sectores da parte dos professores, especialmente os professores de estágio, que eram o foco mais activo da direita, desmascarando as suas posições e tudo aquilo que se encontrava por detrás delas. Contudo, a partir daí inicia-se um processo de burocratização e de divisão da Comissão de Gestão, acompanhado por um afastamento progressivo da esquerda em relação aos estudantes, o que até aí não acontecia visto ser uma força que estava directamente arreigada aos anseios directos da massa estudantil. A ausência de um projecto de escola muito bem definido, vai provocar que cometa uma série de erros que vão ser motivo de ataque por parte da direita.

## Ataque terrorista ao liceu

No início das novas eleições havia um total desmobilização da esquerda, havia um domínio completo da direita, que boicotava o que queria. Com as eleições para a comissão de gestão inicia-se um processo em que as diversas listas concorrentes apresentam os seus programas de candidatura. É aqui que se inicia o desmascaramento da direita e que vai permitir um melhor esclarecimento dos estudantes sobre os projectos concretos do programa de esquerda, faltas, repressão, no que se destaca de todas as outras listas, que diziam todas a mesma coisa e que essencialmente queriam o seu poleiro na comissão de gestão. Depois houve as eleições e ganhou a lista composta por elementos do MES, PC e UDP, havia ainda uma lista trotskista e duas listas de direita, além duma mais ou menos social-democrata, que dividiram entre si bastantes votos. Houve uma vitória da esquerda com as duas listas da direita extremamente perto. Como a vantagem não era significativa teve que se proceder a novas eleições. A direita viu o perigo que estava a cair se a esquerda ganhasse e por isso uniu-se. Todo este processo culminou com uma tentativa de desastibilização com um ataque terrorista ao liceu, que quanto a mim representou um acto de desespero da extrema-direita por não ter o apoio interior necessário para arrancar os cartazes que dantes conseguia arrancar quando queria. Não tendo esse apoio no interior do liceu, teve de ir buscá-lo ao exterior, concretamente em indivíduos já profissionais que vieram cá, deram panca

(Cont. pag. 10)



# LOURENÇO BORGES PARA QUANDO, A UNIDADE DOS TRABALHADORES?

Publicamos a seguir a última parte de uma entrevista com alguns trabalhadores da FIRMALOURENÇO BORGES, LDA — empresa de material eléctrico para a construção civil, com 90 trabalhadores, situada em Lisboa.

Na primeira parte (publicada no nosso último número) abordou-se o início do conflito (há mais de um ano), pela rejeição por parte do patronato de uma Comissão de Trabalhadores eleita em plenário, e as múltiplas tentativas feitas pelo patrão (Sr. Lourenço Borges) para comprometer os trabalhadores na crise da empresa, das quais salientamos:

- Formação de uma Comissão de Trabalhadores com os seus lacaios, que trans- forma em gerência;
- proposta de formação de uma sociedade dos trabalhadores com o patronato.

Os trabalhadores não aceitam a coexistência com o patrão e apresentam uma primeira proposta: continuação da gerência do patrão, desde que este se comprometa a respeitar algumas exigências dos trabalhadores. Proposta esta que não é aceite pelo Lourenço Borges.

Os trabalhadores fazem uma segunda proposta: "sugere-se ao patrão a uma determinada linha que era o pagamento a longo prazo das dívidas atrasadas, que nunca pusessem em causa os salários dos trabalhadores", ou seja, "se a empresa tivesse lucros pois ia liquidando essas dívidas".

## AVANÇAR PARA COOPERATIVA MAS... NÃO ESTAMOS UNIDOS

**COMBATE** - Isso no caso de vocês ficarem com a empresa?

**Fidalgo** - Exactamente, não em autogestão, mas em regime de cooperativa. Esta proposta também é rejeitada pela entidade patronal através do seu advogado.

**COMBATE** - Compreendo que façam uma proposta à entidade patronal de controlo operário, agora fazerem uma proposta de transformação numa cooperativa... Isso implica que o patrão participe na cooperativa com vocês?

**Fidalgo** - Não, não, nunca. Seríamos nós os trabalhadores os responsáveis, os únicos gestores e os únicos sócios da empresa.

**COMBATE** - O patrão seria posto na rua?

**Fidalgo** - Exactamente.

**José Carlos** - O patrão não era posto na rua, ele por si mesmo é que saiu, afastou-se da firma e já no Ministério do Trabalho, perante o sócio minoritário, ele disse sempre que não tinha nada a ver com a situação da empresa e que não tomava qualquer responsabilidade perante a firma. Foi a partir daí que os trabalhadores pensaram entrar em greve e declararam esta luta ao patronato.

**COMBATE** - Neste momento vocês estão a fazer a proposta de transformação em cooperativa a quem?

**Fidalgo** - Ao Lourenço Borges.

**COMBATE** - Mas o patrão com certeza que vai recusar essa proposta.

**Fidalgo** - Aliás já recusou.

**COMBATE** - Porquê que vocês insistem?

Quanto a mim, essa proposta só tem que ser debatida pelos trabalhadores, pois que os interesses do patrão são antagónicos aos vossos. Porquê que continuam a debater o assunto com o patrão e não avançam na formação da cooperativa?

**Fidalgo** - Existem aqui pormenores que nos escapam... para conseguirmos disto uma cooperativa, ele ainda é o sócio principal, não é? E para nós tomarmos conta do património é necessário que ele se desfira disto, o que ele rejeita. Isto tudo implica a que nós para avançarmos para uma cooperativa, só independentemente da própria empresa. Para isso talvez já não haja uma grande união da parte dos trabalhadores. É um dos factores que implica o nosso não

avanço, neste caso, para a sociedade cooperativa, porque através disso os trabalhadores começam a ver grandes dificuldades. Ele é uma pessoa que consegue angariar muitos trabalhos e tentaria boicotar-nos a todos os níveis, quer de clientes quer de fornecedores. Nós estávamos então a ver se dabateríamos novamente a solução de ele nos entregar a sociedade, de se desfazer dela, embora nos sacrificássemos mesmo com todo o passivo e depois de termos liquidado o passivo então nessa altura passaríamos a cooperativa.

**COMBATE** - Parece-me incorrecto que havendo um passivo contraído durante a gestão do patrão, a partir de certa altura serem os trabalhadores a sacrificarem-se para cobrirem os erros, as despesas feitas pela entidade patronal, onde os trabalhadores não têm a menor responsabilidade... Nas cooperativas que eu conheço os processos foram idênticos aos vossos, mas os trabalhadores ao formarem a cooperativa expropriaram o patrão. Só depois legalizaram juridicamente a cooperativa.

**Fidalgo** - Para isso, é o que eu acabo de dizer, nunca nos podemos servir da própria empresa, porque por enquanto todo o património é dele, e segundo as informações que temos, não podemos mexer em absolutamente nada do que constitui este património da firma. Para arrancarmos só a título de independentes, sem obtermos qualquer objecto que pertença à sociedade Lourenço Borges.



**COMBATE** - Numa sociedade capitalista esta sociedade continua a ser do Sr. Lourenço Borges. Mas quando os trabalhadores desencadeiam um processo de luta pode haver expropriação de todo o património do patrão e assim passar para as mãos dos trabalhadores colectivamente organizados.

Conheço cooperativas cujo processo de luta, se passou desta maneira que acabo de referir.

**Fidalgo** - Mas em que altura é que essas cooperativas nasceram? Possivelmente não foi neste tempo, deste governo. A nossa situação surge precisamente por causa

## COMO ACTUAM OS LACAIS DO PATRÃO

**COMBATE** - Há bocado falaste na divisão dos trabalhadores: houve uma certa divisão que conduziu à destituição das diversas comissões de trabalhadores; houve divisão de malta que foi para a C.T., alguns transformaram-se em lacaios do patrão. Esses indivíduos que estavam na C.T. e que eram lacaios do patrão tinham apoio da grande maioria dos trabalhadores?

**Fidalgo** - Deve haver aqui uma grande confusão. Quer dizer, os indivíduos que pertenceram às Comissões de Trabalhadores não são os lacaios do patrão, nem nunca foram. Pelo contrário, foram sempre aqueles em que ele neste momento odeia e que não os aceita de maneira nenhuma. Agora, os tais ditos lacaios, foram aqueles que sempre tentaram por tudo opôr-se não só à comissão como destitui-la.

**COMBATE** - Então, nunca participaram nas Comissões de Trabalhadores?

**Fidalgo** - Devo dizer que houve alguns lacaios do patrão que fizeram parte de uma primeira C.T., que nunca foi contestada pela entidade patronal. Da segunda para a frente, então é que se começa a generalizar um conflito laboral que é quando o patrão começa a ver que não embara de maneira nenhuma com esses trabalhadores da C.T. e é aí que se elaborou o tal processo que avançamos para o Ministério do Trabalho.

**COMBATE** - Além de todas as manobras do patrão as diversas Comissões foram destituídas em plenário de trabalhadores. Isto quer dizer que não havia confiança em relação a esses trabalhadores?

**César** - Posso dizer que eles conseguiram destituir a Comissão porque encostaram os trabalhadores e muitos não estavam bem esclarecidos, entre a espada e a parede, porque eles chegaram aqui e disseram: "Ou vocês acabam hoje com a Comissão ou segunda-feira nós fechamos a porta e isto vai para a falência". Foi assim que eles conseguiram derrubar a Comissão. Entretanto a malta começou a abrir mais os olhos, começamos a ver as manobras do gajo e a malta então reforçou os delegados sindicais e agora praticamente temos o apoio de toda a malta.

**COMBATE** - Vocês entraram em greve como resposta à tentativa dos 17 trabalhadores?

**Fidalgo** - Não. Nós paralisámos por a gerência não se querer responsabilizar pelos salários e pelos nossos postos de trabalho. Os trabalhadores andavam a trabalhar e não sabiam para quem, pois não havia uma gerência que tomasse as responsa-

## NÃO TEMOS APOIOS

**COMBATE** - As conversações nos ministérios continuam?

**João Carlos Dias** - Paralisaram completamente porque o Ministério da Indústria e Tecnologia foi muito claro neste ponto quando disse preferir que os trabalhado-

disso. Enquanto não estiver definida a situação a nível de governo os trabalhadores andam sempre neste impasse - o capital e os trabalhadores andam sempre a guerra uns com os outros: e não sabemos por quanto tempo, vamos lá a ver até quando...

**bilidades e dissesse:** "Amigos vão trabalhar que ao fim do mês tem o vosso dinheiro". É isto que acontece, pois para recebermos é dia 10, dia 15 recebemos mil escudos e dia 20 mais mil, e temos andado assim há já três meses. Quando a Comissão foi derrubada por parte do patronato, as promessas foram todas muito bem feitas, o estudo foi muito bem planeado mas falhou porque eles não cumpriram absolutamente nada do que tinham prometido.

**COMBATE** - Quanto é que ele vos deve?

**Fidalgo** - Temos este mês de Maio, o 13º mês e há indivíduos com as férias do ano passado para receber ainda e este ano já há indivíduos que gozaram férias e ainda não receberam.

**COMBATE** - Mas toda a situação é agravada com a tentativa dos 17 despedimentos?

**José Carlos** - Não é só a tomada de posição pelo despedimento dos 17, embora isso também esteja implicado; simplesmente não temos a garantia de recebermos a produção que estamos a efectuar. Nós vamos para os nossos postos de trabalho, vamos trabalhar, pedimos à gerência quando é que recebemos e a gerência responde que só paga quando houver dinheiro e não sabe se haverá, não se responsabiliza por nada. A partir daí os trabalhadores decidiram tomar uma posição, exigir da gerência e da entidade patronal que se responsabilize pelo dinheiro que os trabalhadores vão produzindo e que se responsabilize também por angariar obras. Ao vermos falta de garantias, falta de segurança para a nossa laboração paralisámos imediatamente até vermos qual era a decisão que a entidade patronal tomava, que até à data continua a não ser nenhuma; quer apenas a divisão, a saturação dos próprios trabalhadores, ver se um por um se vão retirando e ter novamente a empresa na mão.

Desde já eu digo que tanto a gerência como a entidade patronal não querem a falência, nós também já ameaçamos que vamos rescindir o contrato. Outros trabalhadores preferem antes a exigência dos retroactivos e ameaçarem na mesma com os postos de trabalho e, ao mesmo tempo, decretarem falência através do Conselho de Ministros, porque deve ser a falência que pode ser decretada mais rapidamente e no fundo talvez seja a única maneira de podermos amanhã avançarmos com a empresa. O património em si não consegue pagar as dívidas que a firma tem para com o Estado. E pode ser que neste caso o Estado prefira que os trabalhadores avancem com a empresa e estipule umas condições quaisquer sobre as dívidas que a firma tem com o Estado.

res fossem para o desemprego do que o Estado intervir na empresa. No entanto, é lamentável e neste caso não critico muito a entidade patronal, muito embora até a pudesse criticar, mas sim condeno o governo pelas posições tomadas a favor do patrão e não defendendo o operário. Nes-



te ponto condeno totalmente as entidades oficiais que podiam fazer qualquer coisa pelos trabalhadores e afinal abandonaram-nos. No momento em que recebemos essa resposta do Ministério da Indústria e Tecnologia paralisámos as negociações a nível de ministérios. E assim resolvemos mudar o rumo ao barco entrando em conversações com a entidade patronal. Esta nega-se a receber os delegados sindicais. Ele é muito positivo na proposta de sociedade com todos os trabalhadores e afirmam que essa proposta é a mais viável para eles e para os trabalhadores. Não saíam daquela proposta, muito embora os trabalhadores estejam a programar outro sistema de proposta para apresentar ao advogado. Depois vamos ver os frutos que podemos colher.

**COMBATE** - Há uma recusa das entidades oficiais em resolver os vossos problemas. Da entidade patronal também existe essa recusa. Perante este impasse o que é que pensam fazer?

**Fidalgo** - Não há uma recusa das entidades oficiais em nos receberem. Há uma recusa em nos apoiarem. A única coisa que dizem é que o negócio é entre a entidade patronal e os trabalhadores, e os trabalhadores que se desenrasquem. E tem havido também um gozo, uma brincadeira e um desprezo para os trabalhadores: porque se vamos ao Ministério do Trabalho dizem-nos que o assunto é com o Ministério da Indústria e Tecnologia, e andamos de lá para cá e de cá para lá sem que ninguém dê qualquer solução. Então nós é que tomámos uma medida de força e exigimos uma reunião conjunta, dos dois ministérios, para não haver desculpas... mas mesmo assim não existiu qualquer solução, qualquer apoio.

**COMBATE** - Isso é uma forma de sabotar a vossa luta. É perante isso que eu pergunto qual a alternativa que vocês vêem para sair do impasse?

**Fidalgo** - Como já disse, chegámos ao ponto final em que nos obriga mesmo a dividir. Neste momento não conseguimos estar coesos, dado que as dificuldades muitas vezes obrigam mesmo à divisão dos trabalhadores. Pensámos, neste caso, avançarmos com uma proposta, em que se diz que

pode haver uma nomeação, uma gerência da confiança dos trabalhadores, para avançarmos, irmos para os nossos postos de trabalho e entretanto avançar com uma acção em tribunal para reavermos os retroactivos e a partir daí pode ser que consigamos um outro trufo e formarmos uma outra sociedade com o capital que adquiríssemos dos retroactivos. Infelizmente os trabalhadores não estão coesos e existem sempre alguns traidores à própria classe.

Também queria focar aqui que o advogado nas reuniões que tem tido com os delegados sindicais e até com alguns trabalhadores acaba por querer deduzir que a nossa luta é partidária. Até foca que nas reuniões que tem tido com os trabalhadores até o obrigam a ser comunista. Eu não sei qual é a dedução que ele tira daqui, mas inclusivamente diz que nós levamos livros marxistas-leninistas. Isto tudo é falso, são tudo calúnias. Uma coisa é certa é que ele defende a entidade patronal e tenta talvez amanhã chegar junto das entidades e dizer que a luta aqui não tem objectivo, que não é uma reivindicação justa, que é uma reivindicação de partidos políticos, de partidários que aqui lutam e que arrastam outros nas suas ideologias e lançam o desemprego e quem cria toda esta situação que são precisamente os delegados sindicais através dessas ideologias políticas; o que está tudo errado; pois nem livros marxistas-leninistas a gente levava - por acaso até podíamos levar e são aliás essas ideias que nos podem levar a qualquer ponto - no entanto não levamos nada, é tudo falso, é apenas uma base para eles se poderem apoiar e poderem criticar os trabalhadores da actuação actual.

**COMBATE** - Às vezes em contacto com camaradas de outras empresas em luta, sabemos que esses camaradas também não vêm saída aos processos em que estão envolvidos. Começam a sentir-se completamente isolados do resto dos trabalhadores e de outras empresas não há o menor apoio. E por vezes desmoralizam e são derrotados ou obrigados a conciliar com o patrão. Eu pergunto se vocês têm tido contactos com outras empresas, ou cooperativas de electricistas na tentativa de procurar um apoio, uma coordenação das diversas lutas?

**Fidalgo** - Nós contactámos apenas com empresas em autogestão... e contactámos também com a Federação das cooperativas e inclusivamente com a Comissão de Apoio que é ali na D. Carlos I Cooperativas mesmo em si, pois ainda não contactámos, dado que estamos precisamente a tentar organizarmo-nos. Poderá ser que nós ao arrancarmos com a empresa fossemos consciencializando os trabalhadores para mais tarde arrancarmos para a cooperativa. Não vamos, por exemplo arrancarmos 20 e deixarmos ficar 70 com outras ideias. É provável que o tempo em si - e até tenho tido provas disso - venha a consciencializar. Pode ser que o tempo lhes vá dizendo que a única via, a mais justa, e a mais viável é na verdade a cooperativa.

## PORQUÊ A DIVISÃO?

**COMBATE** - Os camaradas que recusam a criação da cooperativa têm alguma alternativa?

**Fidalgo** - A alternativa deles é a rejeição do Contrato Colectivo de Trabalho, neste caso por justa causa. Isto poderia implicar uma dificuldade para aqueles que queriam arrancar com a empresa pois eles



# LOURENÇO BORGES - Como avan-

(Continuação pag.7)

o rejeitarem o contrato nunca iriam lutar contra a entidade patronal, lutariam sim contra a sobrevivência dos outros, porque já bem bastaria as dívidas que a gente teria. No entanto, agora as coisas modificam-se. Eu noto que os trabalhadores não estão interessados em arrancar com a empresa. E visto isto, esses que não queriam a cooperativa querem a rejeição do contrato. E nessa altura podem rejeitá-lo mesmo porque se tiverem que exigir a sua indemnização, pois exigem já a gerência, a entidade patronal e nós não vamos impedir de maneira nenhuma que cada trabalhador pense da sua maneira. Apenas podemos aconselhá-los e levá-los para um programa talvez mais justo.

**COMBATE** - Se rejeitam o contrato, sairiam da empresa e receberiam as indemnizações?

**Fidalgo** - Exactamente. E depois metiam a acção em tribunal e teriam que receber as suas indemnizações. Nós a princípio lutámos contra isso visto que estávamos a pensar arrancar com a empresa e ficarmos com o passivo; pois iríamos ter grandes dificuldades em sobreviver pois seriam os trabalhadores a pagar as indemnizações a esses trabalhadores que saíam, o que já não acontece dentro do processo que estamos agora a desencadear, pois somos nós que queremos declarar falência através do 4/76.

**COMBATE** - Quais os resultados que tiveram nos contactos com a Federação das cooperativas e com as empresas em autogestão?

**Fidalgo** - Nasceram várias ideias. Simplesmente nunca através de pegarmos no património da empresa. Começávamos, por exemplo a tirar algum capital e a formarmos uma já com o nosso capital social - uma nova sociedade. Começávamos a entrar em contacto com clientes e fornecedores para ver se conseguíamos angariar alguns. Isto talvez em grupos de 10. Entretanto, consoante as frentes de trabalho assim iríamos aumentando o grupo de trabalhadores nessa nova sociedade. Mas com as dificuldades financeiras que a gente tem, há poucas hipóteses de arrancar. Isso era bom na verdade e já se devia ter pensado quando a empresa estava numa fase boa. Mas nessa altura ainda era mais difícil, porque se ainda agora alguns trabalhadores não estão conscientes nessa altura muito menos. No entanto isso não nos fica esquecido. Vamos tentar pensar e organizarmo-nos através dos trabalhadores que estejam interessados em avançar.

**COMBATE** - Depois desses trabalhadores receberem as indemnizações, o que é que eles pensam fazer?

**Fidalgo** - Há trabalhadores que depois das indemnizações provavelmente podem ingressar dentro da cooperativa também. Talvez depois de ela já estar formada. No entanto, as ideias vão variando; mas também já obtivemos resposta de alguns trabalhadores a dizer que em princípio preferem rejeitar o contrato e meter acção no tribunal, não dizem, no entanto, que amanhã se isto for transformado em cooperativa que não vem para cá. Mas há trabalhadores que dizem à boca cheia que não aceitam a cooperativa.

**COMBATE** - Em Portugal ainda não se verificou o que se passou na Guerra Civil Espanhola: em pequenas empresas que não tinham viabilidade económica os trabalhadores viram-se na necessidade de as unificar e assim

combatiam mais facilmente o capitalismo. Em Portugal não conheço casos de unificação de empresas. Alguma vez já pensaram nesta hipótese?

**Fidalgo** - Realmente já estudámos as duas hipóteses: ou tornarmo-nos independentes ou se tivéssemos possibilidades e se houvesse um acordo da parte de uma outra cooperativa dentro do mesmo sector é muito possível, e até acho mais justo, juntarmo-nos a uma cooperativa que já tenha mais ou menos um arranque e nós através dos clientes que tenhamos ou até pode ser que essas cooperativas nos possam financiar nalguma coisa, em auxílio de materiais ou coisas do género. No entanto, como acabei de dizer não tivemos os mínimos contactos para actuarmos nessa hipótese.

## COOPERATIVA OU AUTOGESTÃO?

**COMBATE** - Há pouco falámos de cooperativismo e autogestão e disseste que repudiavas a autogestão. Porque essa posição?

**Fidalgo** - Nós, a nosso ver, recusámos a autogestão porque segundo os conhecimentos que temos tirado de exemplos de outras empresas a autogestão é uma recomposição da crise económica da firma para amanhã o patrão vir a tirar benefício disso, pois todos os sacrifícios que os trabalhadores fizessem nunca seriam eles os beneficiados. Seriam beneficiados sim até atingirem o ponto zero ou, neste caso, o ponto positivo, em que o patrão só vinha a agradecer aos trabalhadores os sacrifícios que fizeram para reaverem toda a crise económica da firma. De maneira que nós achamos que isso não é propriamente a linha que os trabalhadores devem seguir. Preferimos antes, sacrificarmo-nos, tirar os proveitos dos nossos sacrifícios mas amanhã sabermos que a sociedade é inteiramente nossa, que não há ninguém que se venha a rir por trás de tudo isto. É por isso que nós rejeitamos a autogestão. No entanto acredito que estejamos errados nalguns pontos.

**COMBATE** - Tens conhecimento que em Portugal há mais de 600 empresas em autogestão? A autogestão não é um objectivo a atingir numa sociedade capitalista, é um meio de luta. A maioria dos trabalhadores que optaram pela autogestão começaram por lutar contra o desemprego e assim garantiram os seus postos de trabalho. Depois é todo um processo que não pára e é riquíssimo em experiências: desde o mostrar aos trabalhadores que não precisam dos patrões, que eles próprios encontram formas de gestão, formas de controlo da produção, de abolirem os chefes e encarregados...isto é, serem os trabalhadores colectivamente a decidirem, a controlarem tudo o que lhes diz respeito. Tudo isto não se pode sustentar.

**Fidalgo** - Muitas vezes a autogestão é a única forma dos trabalhadores sobreviverem. Só digo que isso não é propriamente a segurança dos trabalhadores, pois o capitalista consegue sempre, porque a sociedade é sua e numa sociedade capitalista muito melhor consegue. No entanto, aqui no nosso caso não deixava de ser uma tentativa de sobrevivência também. Eu não fujo à autogestão, talvez ainda tivéssemos uma sobrevivência, mas neste momento os trabalhadores não aceitam isso e é evidente que não vão ser os delegados sindicais a obrigá-los.

**COMBATE** - Existem vários sectores na firma, quais são?

**Fidalgo** - Temos o sector de obras, o de armazém, o de escritório, de orçamentos, etc. em cujos sectores existem os respectivos chefes que são os encarregados dessas obras que como em praticamente todas as empresas são aqueles em quem menos se pode confiar...Den-

tro do escritório as pessoas também estão divididas, no entanto já foram mais suspeitas, hoje estão mais ao lado dos trabalhadores. De resto estamos praticamente unidos, com excepção dos chefes de sector. Eu pessoalmente não confio em nenhum.

## UNIFICAÇÃO DAS LUTAS

**COMBATE** - Nós verificamos que neste momento existem centenas, senão milhares de greves em Portugal, milhares de trabalhadores em greve... Por vezes chega-se a um impasse e os trabalhadores não sabem o que fazer. Sentem-se isolados, cada grupo dentro das quatro paredes da sua fábrica e não conseguem encontrar formas concretas de obtenção de solidariedade de outros trabalhadores em relação à sua luta. Se lermos os comunicados das lutas dos trabalhadores, geralmente é comum pedir-se o apoio de outros trabalhadores em relação à sua própria luta... Mas por vezes não passa do papel, a solidariedade não é muito concreta. Mas os trabalhadores sentem necessidade de que tem que haver uma coordenação entre as diversas lutas, estarem em contacto para conseguirem vencer todas as investidas patronais e do governo. A alternativa que nós vemos é precisamente a unificação das diversas lutas: os trabalhadores entrarem em contacto uns com os outros directamente, unificarem as suas lutas, fazerem comités de coordenação, etc.

Gostariamos de saber qual é a vossa alternativa e a vossa posição em relação ao isolamento das diversas lutas que se verificam neste momento em Portugal.

**Fidalgo** - A Comissão de Trabalhadores e muitos dos trabalhadores daqueles que sempre a apoiaram, solidarizam-se com várias lutas de outros trabalhadores. Isso foi até motivo de grandes críticas por parte dos trabalhadores que se opunham às tomadas de posição dos outros que apoiavam a C.T. Daí nós sentiamo-nos também isolados e aquilo provocar um grande divisionismo e muitas vezes eramos quase obrigados a não apoiar as lutas de outros trabalhadores. No entanto a Comissão de Trabalhadores nunca deixou de as apoiar. Temos várias empresas em que estivemos sempre presentes: é o caso da Rádio Renascença e outras. No entanto, isso não foi compreendido por alguns trabalhadores e isso até foi motivo no Plenário do derrube da Comissão de Trabalhadores, em que foi focado isso, em que apontaram como uma luta política...que não nos interessávamos com a luta na empresa, mas em ir apoiar os outros trabalhadores. Mas não recusámos no querer mostrar o nosso apoio perante a luta dos outros trabalhadores e queremos até pedir o seu apoio e apoiá-los e ver se avançamos através de uma união.

**COMBATE** - Fizera alguma tentativa de nivelamento de salários?

**Fidalgo** - Fizemos. Nós tínhamos o 139 mês em atraso e propusemos à gerência que pagasse em amortizações de 500\$00 mensais. Era talvez uma forma de criarmos uma crise muito maior. A gerência concordou, mas não efectuou nada. Depois em Plenário concordámos que os trabalhadores prescindissem de horas de viagem (isso no nosso contrato está em vigor), horas de deslocação consoante o local de trabalho, direito a almoços, etc. para avançarmos numa tentativa de nivelarmos a crise económica. No entanto, os trabalhadores respondiam (e bem): "então vamos prescindir desses privilégios para favorecer quem?" Pois se continuava cá a gerência, a entidade patronal!

Então os trabalhadores recusaram isso e disseram que estavam na disposição de se sacrificarem mas quando trabalhassem para eles.

# çar?

## "O CASO TIMEX"

### E OS SINDICATOS?

**COMBATE** - Qual é a posição do sindicato em relação à vossa luta?

**João Carlos Dias** - A posição dos sindicatos, muito embora tenham dado algum apoio, não foi aquilo que nós esperávamos. Podemos classificá-los ao nível dos ministérios. O único sindicato que presentemente nos tem dado apoio, muita força e muitas sugestões é o Sindicato da Construção Civil. Os Sindicatos dos Escritórios e dos Electricistas do Sul classificam-se ao mesmo nível dos ministérios.

**COMBATE** - Daí podemos concluir que, se vocês não tiveram apoio das entidades oficiais, nem dos sindicatos, só podem contar com vocês próprios. Ora há pouco disseram-nos que cada secção tinha um encarregado e que esse encarregado normalmente estava do lado do patronato. O que é que vocês fizeram em relação a esse problema?

**João Carlos Dias** - Nesse aspecto nós não fizemos nada, pois esses chefes de sector continuam nas mesmas posições e até foram os escolhidos pela entidade patronal para gerentes. Ao apercebermo-nos que a entidade patronal enviou cartas a todos os fornecedores e clientes e em que a gerência a partir da data X era formada por fulano e fulano e que tinham sido eleitos por todos os trabalhadores. Logo que os trabalhadores tiveram conhecimento disto e dos aumentos de salários deles, realizaram um plenário aqui nas instalações em que esses elementos perderam a confiança dos trabalhadores e fez-se todos os esforços para que saíssem da gerência... E saíram, muito embora lá ficasse um senhor porque nós naquele momento talvez procedéssemos mal, pois o gerente minoritário lamentou-se muito, que não podia ficar à frente da firma e que precisaria de uma pessoa que o ajudasse. E então essa pessoa foi o sr. Júlio Dinis, que passado poucos dias pediu a demissão por escrito da gerência. Presentemente eles estão considerados como trabalhadores e não como gerentes.

A respeito das hipotecas, com a ajuda de alguns colegas nossos conseguimos saber que existiam hipotecas. Analisamos a situação e em conservatórias e notários não encontramos qualquer hipoteca oficial, embora elas existam, pois a gerência tem por aí um papel qualquer em que afirmam que essas hipotecas foram feitas.

### SITUAÇÃO ECONÓMICA DA EMPRESA

**COMBATE** - E como estão os dinheiros da firma?

**João Carlos Dias** - O passivo da firma é de 32 mil contos. O activo é da ordem dos 10 mil. Acho muito curioso que a firma desde o seu início até 74 nunca deu qualquer prejuízo e no ano de 75 deu 2.500 contos de prejuízo. Só depois do abandono é que se deu isto.

**COMBATE** - Terá sido má gestão ou desvio de dinheiro directamente para os bolsos dos sócios?

**João Carlos Dias** - Isso justifica-se a nível de balanços anuais. No que respeita a desvio de dinheiros não podemos afirmar nada, muito embora haja suspeitas. Ainda não apuramos dados para que possamos garantir isso. No que respeita à má gerência, isso podemos afirmar que sim - desde sempre houve uma má gerência desta casa.

Apareceu, este mês à venda, o livro "O CASO TIMEX". Sobre o conteúdo do livro e os objectivos que pretende atingir, publicamos a seguir um comunicado do Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos, distribuído pouco antes da saída do livro.

### 1ª - A SITUAÇÃO NA TIMEX

Como é do conhecimento público, a filial da Timex em Portugal está a laborar ao abrigo de um acordo celebrado entre o Ministério do Trabalho e a Administração desta multinacional, à luz da qual se diminuiu a semana de trabalho para três dias e se permitiu que os trabalhadores que voluntariamente o desejassem e até ao máximo de 668, deixassem a empresa com a garantia do pagamento de indemnizações, como se despedidos fossem. Os trabalhadores em plenário tiveram de aceitar o acordo porque o prolegamento dum estudo sério e profundo por parte das entidades governamentais foi superado pelo desejo de não se criarem dificuldades no período para a eleição dos Deputados à Assembleia da República.

Por isso mesmo o acordo celebrado é tem-



porário e expira a 30 de Junho, portanto no final do mês em curso. A gravidade da situação é tanto maior quanto é facto aliás público, que durante este lapso de tempo não se incentivaram os mecanismos previstos por forma a que o referido estudo tivesse ao menos começo.

Ademais e a agravar a situação há o facto, previsto por acordo de muitos trabalhadores não terem acesso à fábrica porque no entender da administração não podem ser incluídos no sistema de rotação que foi previsto. Só que, por estranho que isso possa parecer, a esmagadora maioria dos elementos que se encontram nestas condições eram e são elementos de vanguarda, mormente delegados sindicais e membros das comissões de trabalhadores.

O Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul, reitera mais uma vez a denúncia para o facto do acordo estabelecido não ter tido a participação de membros ou órgãos representativos dos trabalhadores.

Neste momento tudo indica que a situação na TMX, Portugal, Lda se tenderá a agravar. E se é verdade que neste agravamento se vislumbram acções típicas de actuação de uma multinacional, não é menos certo que as mesmas se desenvolvem por carência de um plano ainda que sectorial que vá ao encontro das raízes do problema.

Daí que, cónscio da responsabilidade que lhe cabe, O Sindicato das Indústrias de Ourivesaria, Relojoaria e Correlativos do Sul tivesse resolvido editar o livro

"O CASO TIMEX" que não é senão a expressão de uma parcela da luta dos trabalhadores desta multinacional.

### 2ª - O LIVRO "O CASO TIMEX"

O livro "O CASO TIMEX", a aparecer nos próximos dias \* e uma obra colectiva que analisa com objectividade e exaustão todo o processo de luta dos trabalhadores desta multinacional antes e depois do 25 de Abril de 1974, as causas que motivaram, a posição governamental que ao longo de todo o decurso do tempo foi assumida, o seu significado, a crise industrial relojoeira a nível internacional, os reflexos que dessa crise resultaram, etc, etc.

Esta obra de cerca de 460 páginas procura responder à questão se "O CASO TIMEX" é resultado da crise do sistema capitalista e nível internacional ou resultado do processo político post 25 de Abril de 1974.

Numa altura e num período em que todos os conflitos laborais procuram ser analisados exclusivamente à luz da situação criada com o 25 de Abril é interessante verificar como este caso tem antecedentes próximos noutros países por razões que próprio livro analisa.

Aliás, como é bom de ver, a obra não se restringe à mera análise do conflito em si mesmo, mas busca explicações para os fenómenos, tendo em vista a salvaguarda da independência nacional. Nesse sentido estigmatizam-se estudos respeitantes à eventualidade de uma reconversão.

O Sindicato não duvida que o livro terá o apoio que merece tanto mais que os lucros se destinam a poiar os trabalhadores desempregados que tenham de intentar as respectivas acções em tribunal de trabalho.

O livro é como já se disse uma análise exaustiva do processo que determinou a luta para salvaguardar os postos de trabalho, mas ultrapassa inequivocamente os limites estreitos duma análise deste tipo, centrando-se na busca da compreensão dos fenómenos resultantes da crise a nível internacional e mais especificamente no campo da indústria relojoeira.



O livro em si é também um alerta que pretende chamar a atenção para o caso das estruturas multinacionais, a sua força e pretende demonstrar que apesar do aspecto gigantesco com que são encaradas é possível aos trabalhadores fazerem-lhes frente por forma a fazer valer os seus direitos.

O conteúdo do livro é um exemplo disso mesmo.

Lisboa, 25/6/76

\* actualmente já a venda.



# ÍNDIA: ESTERILIZAÇÃO FORÇADA

(Continuação pag.12)

Testemunhas disseram que pelo menos dez pessoas foram mortas na confrontação de Nova Delhi, onde a polícia abriu fogo com armas automáticas e lançou gases lacrimogênicos para uma multidão de mais de cinco mil pessoas. Muitos manifestantes defenderam-se instalando-se nos telhados e jogando garrafas e tijolos aos membros da Força de Segurança de Fronteira - a organização para-militar que é chamada para reprimir manifestações na Índia.

Não houve dados oficiais sobre os mortos

tos, mas disseram algumas testemunhas que bem mais de cem pessoas foram hospitalizadas e que foram vistos corpos de polícias mortos a serem colocados nos camiões no fim da confrontação e que um sinal de recolher foi imposto pela polícia. Calcula-se que foram mortos vinte a trinta polícias.

Os moradores da área de confrontação disseram que muitas pessoas se revoltaram contra o facto de serem esterilizados para terem direito à habitação. A imprensa indiana que é censurada, não deu a menor

notícia sobre os "incidentes". Publicou, somente, uma declaração do governador adjunto de Nova Delhi, Krishnan Hand, avisando que "acções drásticas serão tomadas contra pessoas que interferiram com os trabalhadores do planeamento familiar". Disse ainda que trezentas pessoas tinham sido esterilizadas no dia anterior numa clínica de planeamento familiar não muito distante da área onde se deu a confrontação, mas ele insistiu que todas as esterilizações tinham sido voluntárias!

## MENDIGOS PARA CAMPOS DE TRABALHO FORÇADO

É da revista RACE TODAY, de Maio de 1976, traduzimos o que se segue:

O governo do Estado de Maharashtra, parece ter mudado o slogan do Congresso de Indira: "Caribi Hatao" (acabar com a pobreza) para: "Caribi Chhupao" (colocá-la fora da vista). Em Março, o Governo do Estado lançou uma campanha para impedir os mendigos de permanecerem em Bombaim e outras cidades. Esta campanha, que atinge a parte mais fraca do vasto exercito de desempregados, é conhecida por "operação mendigo".\*

Esta campanha saldou-se na remoção forçada de aproximadamente 3.000 pessoas das ruas de Bombaim, para campos de trabalho forçado situados em partes remotas do Estado de Maharashtra. Muitas das pessoas levadas pela polícia para centros especiais de triagem recusam-se a ser consideradas mendigos. Alguns deles disseram a jornalistas que ganham a vida a lavar carros, a carregar cargas para o mercado ou a fazer outros serviços de rua, devido à falta de empregos assalariados regulares. Outros são paralíticos, cegos ou sofrem de doenças como a lepra ou falta de pulmões. Alguns são crianças que habitam nos passeios da cidade, que para sobreviverem oferecem-se para vigiar carros de ricos, transportam macacos e outros animais treinados para distrair os transeuntes ou apoiam-se, simplesmente, na caridade da população da cidade.

Das 3.000 pessoas apanhadas, mais de 2.000 fugiram, levando os utensílios e roupa de cama que o campo de reabilitação lhes tinha fornecido. Os restantes foram submetidos à triagem, tiraram-lhes as impressões digitais e foram classificados como mendigos por um juiz especial num campo de trânsito e enviados para Kukri Dam Canal, para trabalhar a terra por 2 ou 3 rupias (10 a 15 escudos) por dia. É o tipo de "emprego" que poucos trabalhadores aceitam de vontade própria - o dinheiro que recebem, longe de ser um salário para sobreviverem, são ou eram migalhas para disfarçar a realidade do trabalho forçado. As crianças rotuladas como mendigos, foram enviadas pelas autori-

dades para o trabalho agrícola, no interior do Estado.

Quando começou a campanha, no dia 1 de Março, carrinhas especiais da polícia, prendiam todos os habitantes dos passeios públicos \*\*, que não pudessem provar os meios de subsistência. A maioria dos mendigos no campo de Ralegaon, diz que eram pessoas empregadas e que foram apanhados por engano.

O Ministro dos Assuntos Sociais do Estado decretou a esterilização de todos os mendigos que sofrem de doenças e a todos aqueles que se recusam a aceitar o emprego que o Estado lhes destina.

Na ausência de quaisquer programas de bem-estar social no país e com níveis de desemprego e sub-emprego a condenar a maioria da população da Índia a salários de fome e a trabalhos forçados, a "mendicância" atinge milhões de pessoas - 150.000 pessoas só no Estado de Maharashtra. O Comissário da polícia calculou em cerca de 75.000 mendigos dentro de Bombaim e se-

us arredores. O objectivo do Governo foi colocar aqueles esqueletos fora das ruas da cidade, fora das vistas, dentro de armários - os campos de trabalho. É ainda uma medida para pacificar a classe média urbana cujo apoio neste momento é crucial para a continuação do Congresso do Governo.

NOTAS DO COMBATE:

\* É interessante notar como classes dominantes em diferentes países adoptam soluções idênticas: No Brasil, antes do golpe militar de 64, o Governador do Estado da Guanabara, o reaccionário Carlos Lacerda, também lançou uma "operação mendigo" tendo, como uma das medidas, mandado afogar os mendigos nas águas de um rio, pela Polícia Militar, amarrando-lhes pedras ao pescoço.

\*\* Em Bombaim há quilómetros de ruas onde se alojam desempregados ao longo dos passeios.



## liceu padre antónio vieira:

(Continuação pag.5)

da em muitos estudantes que nem tinham muito a ver com aquilo, e por fim, arrancaram os cartazes. Toda a malta estudante viu, repugnou aquele acto, encetando-se uma mobilização que culminou com um meeting, que tentou novamente ser boicotado por esses elementos fascistas. Mas agora a passividade dos estudantes, com que essa direita jogava, virou-se contra eles e toda a malta mais ou menos caiu em cima dos provocadores, que foram obrigados a fugir do liceu, devido à fúria com que toda a gente estava. Isto não é importante só pelo facto de se ter escorraçado a direita, mas também por representar um novo marco no processo de avanço da esquerda que tem de ser aproveitado a todo o cus-

to com perspectivas concretas, que creio podem ser dadas essencialmente com o enquadramento em jornais, como o FOGO! e outros que começam a aparecer como o OU VAI OU RACHA que não era há muito tempo editado. Por outro lado creio que a situação global do processo social em que Portugal se encontrava, também contribuiu um bocado para a desmobilização da direita; depois daquele triunfalismo eleitoral seguiu-se um processo de desmobilização em que eles começam mais ou menos a verificar que não conseguiram radicalizar o processo até onde queriam.

Note-se, no entanto, que todos estes saltos são de natureza quantitativa, pois não creio que o grande salto qualitativo possa ser dado sem haver grandes alterações no seio da sociedade.



(Desenho "Solidarity")



# apoia o combate

CAMARADA:

A SOBREVIVÊNCIA ECONÓMICA DE UM JORNAL COMO O COMBATE NÃO É FÁCIL. ELE APOIA-SE SOMENTE NOS TRABALHADORES, NÃO TENDO POR TRÁS QUALQUER ORGÃO POLÍTICO OU PARTIDÁRIO.

PARA CONSEGUIRMOS MANTER O COMBATE TAL COMO ELE É, PRECI-

SAMOS DO APOIO MATERIAL DE TODOS AQUELES QUE ACHAM IMPORTANTE A SUA CONTINUAÇÃO.

PODES APOIAR-NOS:

- AJUDANDO A DIFUSÃO DO JORNAL NO TEU LOCAL DE TRABALHO, OU NA TUA REGIÃO, SE ELE NÃO FOR AÍ DISTRIBUÍDO COMERCIALMENTE.
- FAZENDO-TE ASSINANTE OU FAZENDO ASSINANTES OS TEUS CAMARADAS E AMIGOS.
- FAZENDO ACTIVIDADES PARALELAS QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA APOIAR O COMBATE.

PARA TODOS OS CONTACTOS:

- RUA DA ATALAIA, 204-206 LISBOA-2 (Bairro Alto) TELEFONE: 371733 (das 14,30 às 22 horas, todos os dias úteis, incluindo sábados).
- RUA DO BREINER, 50, PORTO.

# Estivadores de Barcelona

## Uma opinião sobre a greve

Retirámos do BOLETIM INTERNO DOS ESTIVADORES DO PORTO DE BARCELONA, de Março 76, uma reflexão sobre as últimas lutas desenvolvidas por aqueles trabalhadores.

Entendemos que é necessário fazer uma reflexão sobre os últimos conflitos que temos tido no porto, embora não seja completa. Vamos tentar expor uma série de questões negativas e procurar tirar conclusões que nos possam servir para lutas futuras.

A ASSEMBLEIA, como órgão de discussão e decisão conjunta de todos os nossos problemas, tem de ser o modo habitual de resolver todas as situações que se nos apresentem. A Assembleia não pode ser monopolizada por ninguém. Devemos todos tomar parte activa nela, combatendo a passividade com que a maior parte de nós a ela assiste. Passividade que muitas vezes resulta da dificuldade de entendermos e escutarmos aquele que está a falar, além da pouca experiência que temos desta espécie de reuniões. Tomar algumas medidas de carácter técnico poderia facilitar a assembleia: como por exemplo a aquisição de um megafone, nomear em cada caso e sem haver necessidade que seja sempre o mesmo, um moderador que se encarregue de ir orientando a discussão, centralizando as ideias, procurando ajustar-se aos temas que estão a ser tratados.

A INFORMAÇÃO. Os mandatados ou os que em Assembleia tenham sido por nós eleitos para nos representarem ou para se encarregar de qualquer gestão, devem informar constantemente a Assembleia. Tendo em conta que o representante eleito tem de apresentar como proposta unicamente o que se tenha decidido em assembleia, sem que ele, ou eles, possam retirar ou acrescentar qualquer coisa por sua iniciativa. Esta falta de informação notou-se na nossa última luta. As primeiras reivindicações, votadas em assembleia, foram substituídas por outras perante a negativa do patronato, sem termos sido informados e sem contarmos com a decisão de todos.

A GREVE conseguiu demonstrar-nos que nós, os portuários, somos capazes de, num momento dado, nos unirmos para dar uma resposta à injustiça e à insolência dos pa-

trões, das autoridades e dos burocratas do sindicato.

A assembleia em que se decidiu o regresso ao trabalho foi um exemplo do que não devemos permitir. Durante toda a reunião deixámos exprimir-se a vontade os burocratas e gente que nada tinha a ver connosco nem com os nossos problemas, recordando-nos constantemente o perigo que teria sido continuar a paralisação, com ameaças veladas de toda a espécie. Tratavam-nos com a criancas traquinas a quem se promete um presente se se portarem bem e não fizeram muito barulho. Promessas que, apesar de tudo, o Sr. Riverola não pôde ou não quis cumprir.

A assembleia votou uma proposta: que se a entidade patronal não admitisse todos e cada um dos pontos, se voltaria à paralisação, exigindo além disso a demissão de todos os mandatados como medida a tomar perante a evidente ineficácia do sindicato, e outras demissões.

Depois de se saber que nenhum ponto tinha sido aceite na sua totalidade, nem se retomou a paralisação nem se demitiram todos os mandatados, tendo estes conseguido o seu objectivo de nos restituir a normalidade.



## Reuniões Combate

Se queres colaborar na realização do jornal COMBATE, se queres discutir connosco os editoriais, se queres discutir o conteúdo do jornal, aparece nas nossas reuniões em Lisboa TODAS AS TERÇAS-FEIRAS, às 21,30 horas, na Rua da Atalaia, 204-206 (no Bairro Alto); ou no PORTO, TODAS AS QUINTAS-FEIRAS, às 21,30 horas, na Rua do Breiner, 50.

Para qualquer informação podes telefonar para o número 371733 (Lisboa) todos os dias das 14,30 à meia-noite.

JOÃO BERNARDO

# LUTAS SOCIAIS NA CHINA



Contra a corrente

ULTIMA PUBLICAÇÃO 15\$00

## publicações CONTRA a CORRENTE

- |  |        |   |        |
|--|--------|---|--------|
| * A crise económica na esfera do capitalismo americano<br>JOÃO BERNARDO  | 20\$00 | * Crise da sociedade portuguesa: "descolonização" e "independência nacional"<br>C.REEVE / J.CARVALHO-FERREIRA | 7 \$50 |
| * Sindicalismo e acção directa<br>M.J. de Sousa/prefácio de E. SANTANA   | 7\$50  | * Portugal: a questão da organização revolucionária<br>UM GRUPO DE TRAB.EMIGRADOS                             | 7\$50  |
| * Um ano, um mês e um dia depois: para onde vai o 25 de Abril (economia e política da classe dominante)<br>JOÃO BERNARDO | 12\$50 | * Contribuição para a percepção da cultura(política) em Portugal<br>Artur J.CASTRO NEVES                      | 15\$00 |
| * Trotsky e a ditadura do proletariado<br>H. SMITH   | 5\$00  | * O que somos e o que queremos<br>SOLIDARITY/londres  | 7\$50  |
| * Sobre a organização dos trabalhadores<br>Anton PANNEKOEK   | 7\$50  | * Apelo ao proletariado revolucionário (Rússia 1923)<br>GRUPO VERDADE OPERÁRIA                                | 2\$50  |
| * Sobre a situação actual (banda desenhada)<br>FRANCISCO SILVA   | 5\$00  | * Novo Movimento (questões sobre a prática revolucionária)<br>HENRI SIMON                                     | 7\$50  |
| * Trabalhadores dos Transportes Estefânia em luta contra o patrão<br>DOSSIERS DE LUTA - nº1                              | 7\$50  |   |        |
| * Teses sobre o bolchevismo<br>ICC   | 7\$50  |   |        |

Todos estes textos podem ser enviados à cobrança. Escreve para: Livraria CONTRA A CORRENTE Rua da Atalaia, 204-206 Lisboa-2 Rua do Breiner, 50 Porto



# ÍNDIA: TIRANIA E RESISTÊNCIA

Retiramos da revista *RACE TODAY*, de Janeiro de 1976 (revista da comunidade imigrante na Grã-Bretanha), algumas partes significativas da repressão na Índia, que a seguir reproduzimos.

## ESTADO DE EMERGÊNCIA

Desde a declaração do Estado de Emergência na Índia, em Junho de 1975 (há quase um ano) o regime de Indira Gandhi tem exercido um controlo total sobre qualquer notícia que saia da Índia. No entanto, há ainda pessoas que conseguem enviar informações, que não aparecem nos jornais diários europeus. Nos jornais ingleses, o Estado de Emergência indiano é apresentado como um drama de poder pessoal e que a fase actual na Índia representa "uma experiência em nome do sistema parlamentar e da democracia". *Race Today* mostra, no entanto, que há uma ligação directa entre o Estado de Emergência e a repressão contra o movimento revolucionário urbano e agrário na Índia, uma repressão para preservar a dominação da classe dos senhorios (senhores latifundiários que arrendam a terra) e dos capitalistas e para atrair mais investimentos internacionais.

Nas eleições de 1967, com a derrota do congresso de Indira Gandhi em vários estados, muitas acções foram levadas a cabo pelos operários e pela população rural. A acção dos estudantes de Gujarat em 1974 e a greve geral dos caminhos de ferro indianos, foram os pontos altos destas acções.

A "Emergência" traduziu-se em prisões em massa dos líderes dos partidos de extrema-esquerda. O movimento Jayaprakash Narayan em Bihar (onde há as maiores secas e inundações da Índia, onde ainda há populações tradicionais que produzem seda) que se seguiu à agitação estudantil de Gujarat contra os aumentos de preços e a corrupção, representa a aliança da maioria da população com o oportunismo dos partidos de oposição organizados. A "Emergência" espancou esses líderes, mas não conseguiu atacar a raiz que deu origem a esse movimento.

## NAS FÁBRICAS

O Estado de Emergência proibiu assembleias de trabalhadores, greves, e quaisquer outras acções que se possam tomar para atingir a produção, numa luta para melhores condições de vida e de trabalho.

A introdução da "participação dos trabalhadores" foi imediatamente posta em prática pelos sindicatos controlados pelo governo, e pelo Partido Comunista Indiano (linha Moscovo) que apoia o governo de Indira Gandhi: enviaram todos representantes para as secretarias da Indústria. Houve aumentos salariais com a condição de que os sindicatos depois congelassem os salários nos quatro anos seguintes. No estado de Karnataka, a participação dos trabalhadores e os esquemas de cooperação traduziram-se em semanas de sete dias para os trabalhadores do sector público. Em Maharashtra, foram abolidos todos os feriados nacionais, com excepção de três dias por ano.

Em Outubro de 1975, os trabalhadores da indústria química e farmacêutica em Hyderabad, entraram em greve e foram atacados pela polícia a tiro. Em Tamil Nadu, no sul, nove organizações sindicais decretaram greve simbólica para abolição dos regulamentos das leis de censura do governo. Esta greve foi apoiada por milhares de trabalhadores dos têxteis, indús-



tria mecânica, açúcar, cimento, plantações, indústria do couro, cigarros, fábricas de borracha, fundições, fábricas de fertilizantes, e outros fecharam as fábricas por um dia e os sindicatos que apoiam o governo foram também obrigados a apoiar a greve.

## NOS CAMPOS

No dia 1/12/75, o Estado indiano matou por enforcamento os revolucionários Gunal Kishta Gowd (de 45 anos) e Jangam Bhoomaiah (de 48 anos) depois de os ter mantido sob prisão e os ter feito passar por tribunais durante quatro anos. Foram acusados de terem morto, em 1971, um senhorio de terras, tirano em Andhra Pradesh. Ambos pertenciam ao Partido Comunista da Índia (M-L) que é agora proibido e perseguido sob o regulamento do Estado de Emergência. Gowd e Bhoomaiah distinguiram-se dos outros que também foram presos em incidentes por acções de "liquidação de senhorios" (o termo Naxalite designa o acto de matar latifundiários) pela sua origem camponesa e porque as suas acções estavam ligadas aos seus direitos materiais directos, diferentemente dos revolucionários da cidade e da "intelligentsia" que aderiu ao movimento Naxalite.

## NAS ESCOLAS

Na maioria das Universidades, o Estado de Emergência apareceu como um aviso, para dissolução dos Conselhos de estudantes, para a recusa de estudantes-militantes inscritos numa lista negra posta a circular pelo Estado, pela perseguição e expulsão de líderes de esquerda conhecidos e pela tentativa de silenciar a voz da crítica estudantil.

Em Punjab, o reitor de um colégio de Ludhiana juntamente com a polícia, foram mais longe: em Setembro de 1975, após uma agitação generalizada na Rada College, a polícia matou Charanjeet, uma rapariga líder da Federação dos Estudantes da Índia

(SFI) e queimou o seu corpo para evitar a autópsia. No mês anterior o reitor do Colégio G.P. Pandey fez declarações à polícia, dizendo que a SFI realizava reuniões secretas e distribuía publicações contra o governo. A polícia tentou prender cinco membros da SFI, mas eles tinham entrado na clandestinidade. Então a polícia foi às aldeias daqueles activistas e prendeu os seus pais, roubou-lhes o gado que tinham como reféns dos estudantes procurados. Quando a polícia encontrou Charanjeet matou-a. Milhares de estudantes do colégio a que pertencia e de colégios vizinhos fizeram uma manifestação até à aldeia de Charanjeet, declararam greve geral e acções de sabotagem em Ludhiana até que a polícia suspendesse as buscas. Agora há uma campanha geral no estado de Punjab para a investigação do assassinato de Charanjeet e com o apoio dos conselhos de aldeia inicia-se uma acção conjunta universidade-aldeia.

## ESTERILIZAÇÃO FORÇADA

O jornal *Guardian* de 21/4/76 (jornal burguês liberal inglês) traduzimos a notícia que se segue:

Em Nova Delhi, capital da Índia, no dia 20/4 houve uma confrontação que durou três horas, entre a população e a polícia, quando oficiais que patrulhavam casas ocupadas, ofereceram aos ocupantes novas acomodações caso eles aceitassem ser esterilizados.

O governo de Uttar Pradesh, o estado natal de Indira Gandhi, institucionalizou a esterilização obrigatória, com prisão de dois anos, para os que se recusassem a submeter à operação, que seria feita dentro de certo período após o nascimento do terceiro filho. Os homens que desobedecessem seriam esterilizados na prisão.

Desde a aprovação de tais medidas pelo governo federal em meados de Abril, Uttar Pradesh é o primeiro estado a introduzi-las como lei.

(Cont. pag.10)